

A ciranda do calote

O comportamento irresponsável dos parlamentares, que, na Comissão Mista do Orçamento, aprovaram um projeto, ainda aguardando a votação final no plenário do Legislativo, com um déficit estimado pelas autoridades do Ministério do Planejamento em US\$ 8,8 bilhões, ameaça agravar ainda mais a já caótica situação das contas públicas nacionais.

Os últimos números divulgados pelo Banco Central revelam que a dívida do setor público brasileiro — União, Estados, municípios, Previdência Social, empresas estatais — atingiu, no final de dezembro, US\$ 149 bilhões, inimagináveis (o número não cabe nem nas atuais calculadoras) **dois quatrilhões e duzentos e cinquenta trilhões de cruzeiros** a valores de hoje.

E, o pior, como já denunciava o ex-ministro Gustavo Krause, quando falava na “ciranda do calote”, e confirmou segunda-feira, em uma palestra na FGV no Rio de Janeiro, o diretor financeiro do BNDES, economista Guilherme da Silva Dias, esta é uma dívida difícil de administrar. Parte dela refere-se a débitos dentro do próprio setor público, e aí ninguém sabe direito quem deve a quem e ninguém está pagando ninguém. Até hoje, por exemplo, o governo federal não conseguiu chegar a um acordo com os governos estaduais para acertar definitivamente as dívidas do setor elétrico, porque cada um tem uma conta de débito e crédito diferente. Os dois lados asseguram que têm mais a receber do que a pagar e nessa discussão vão empurrando tudo com a barriga.

“Estamos diante de uma confusão federal, sem precedentes” — declarou, no mesmo debate, a professora Aspásia Camargo, da Escola de Administração Pública da FGV-Rio.

E nada indica que a solução deste problema — o único verdadeiro grande problema nacional, causa da inflação e de todo o desarranjo da economia — esteja prestes a ser encaminhada, ou, como gostam de dizer os burocratas, prestes a ser equacionada. Não só por causa de comportamentos como dos deputados e se-

nadores na elaboração do Orçamento Geral da União — ampliando o déficit e impedindo que parte da receita com o IPMF seja usada para abater a dívida pública federal — como, principalmente, pela má vontade geral dos políticos e dos burocratas em desmontar esta bomba que, a qualquer momento, pode explodir a economia brasileira.

Combater o endividamento do setor público, exigir que quem deve pague as suas contas significa abrir mão de recursos que normalmente são gastos — e, quase sempre, malgastos — em obras e programas que beneficiam eleitoralmente os políticos e reforçam o poder dos burocratas. E isso eles não admitem. Assim, ninguém paga a ninguém e todos vivem felizes. Quando o problema se torna muito grave, transfere-se a conta para o Tesouro, ou seja, manda-se o “papagaio” para a sociedade pagar, via aumento de impostos.

Veja-se o caso de uma dívida do Estado de São Paulo com o seu próprio banco estadual, o Banespa. No final de sua desastrosa administração, com a arrecadação caindo, o ex-governador Orestes Quéricia fez um empréstimo de US\$ 600 milhões no Banespa, a título de antecipação de receita, para investir na eleição de seu substituto, o atual governador Fleury Filho, acelerando a inauguração de várias obras que plantara no Estado. Quéricia saiu sem pagar, Fleury também não providenciou a cobertura do débito que, com juros e correção monetária, chegou a US\$ 950 milhões, colocando o Banespa em situação de pré-insolvência. Para salvar a principal instituição financeira paulista, o Banco Central simplesmente autorizou a transferência desse débito para os cofres federais, onde está pendurado até hoje.

Dessa forma, nunca sobrará dinheiro para melhorar a situação social em que o Brasil se encontra, descrita com tintas aterradoramente negras no último boletim do IBGE, divulgado esta semana.